

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. GILBERTO NASCIMENTO)

Requer seja realizado Fórum para análise e fomento do mercado de trabalho para pessoas com deficiência.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de fórum, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com a finalidade de debater ações de incentivo à participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em condições de isonomia.

Para tanto, sugiro a participação de atores envolvidos no processo de Trabalho e Emprego:

- Rede Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- Fórum de Inclusão do DF;
- Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conade;
- Sra. Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Vice-presidente da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Pessoa Idosa;
- Representante da Auditoria Fiscal do Trabalho;
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, com vista à sua inclusão social e o exercício da cidadania. O maior objetivo desta lei foi de não retroceder nas conquistas já alcançadas pelo segmento, sobretudo no que se refere à empregabilidade da pessoa com deficiência.

Por seus princípios e disposições, pautados pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a LBI fortalece o reconhecimento do fomento à participação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, o que se traduz em importante ferramenta de inclusão social e autonomia.

Dessa forma, gostaríamos de debater os diversos aspectos da empregabilidade de pessoas com deficiência, na visão de todos os envolvidos no processo: entidades representativas de pessoas com deficiência - em alusão ao lema “Nada sobre nós sem nós”; Conade; Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e representante dos empregadores.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado GILBERTO NASCIMENTO